

CONTRAFEITIÇOS URBANOS

Reimaginando futuros ancestrais no bairro do Bom Parto em Maceió/AL

URBAN COUNTERSPELLS
Reimagining ancestral futures
in the Bom Parto neighborhood in Maceió/AL

Séfora Emiliano Fertón¹ e Flavia de Sousa Araújo²

Resumo

Este artigo, derivado de um Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, tem como foco o bairro negro Bom Parto, em Maceió, Alagoas, atingido pela maior catástrofe socioambiental urbana em curso no mundo, resultado da mineração predatória pela indústria petroquímica Braskem. Esse desastre provocou a destruição de cinco bairros da capital alagoana, sendo a população dos bairros negros, a mais brutalmente impactada, trata-se, portanto, de um caso de racismo ambiental. Fundamentando-se em um arcabouço teórico decolonial e contracolonial, foram criadas colagens digitais afrofuturistas, de modo a evocar os elementos da natureza — ar, água, terra e fogo — como eixos norteadores para imaginar futuros ancestrais no Bom Parto. Destaca-se o potencial dos ativismos urbanos como ferramentas de reparação simbólica. E constrói-se narrativas visuais que rompem com paradigmas eurocentrados, reafirmando a centralidade e protagonismo da população negra em sua própria história, pós-crime socioambiental.

Palavras-chave: narrativas visuais; caso Braskem; Maceió; bairros negros; racismo ambiental.

Abstract

This article, derived from a Final Graduation Project in Architecture and Urbanism, focuses on the Black neighborhood of Bom Parto, in Maceió, Alagoas, severely affected by the world's largest ongoing urban socio-environmental catastrophe, result of predatory mining by the petrochemical company Braskem. This disaster led to the destruction of five neighborhoods in the state capital, with the Black communities being the most violently impacted, this is, therefore, a case of environmental racism. Grounded in a decolonial and counter-colonial theoretical framework, the study develops Afrofuturist digital collages in order to evoke the elements of nature — air, water, earth, and fire — as guiding axes for imagining ancestral futures in Bom Parto. The potential of urban activism as tools of symbolic reparation is highlighted. It constructs visual narratives that break with Eurocentric paradigms, reaffirming the centrality and protagonism of the Black population in the aftermath of this socio-environmental crime.

Keywords: visual narratives; Braskem case; Maceió; black neighborhoods; environmental racism.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL/2025)

² Professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL), Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFBA) e Arquiteta, Urbanista e especialista em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (UFPA).



Corpos em colapso: crime socioambiental e processos de adoecimento em Maceió/AL

“Se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados da ruptura ou da extinção do sentido da nossa vida, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda” (Krenak, 2019, p. 24). O que nos diz essa iminência anunciada pelo intelectual indígena Ailton Krenak quando colocada em diálogo com o modo como as grandes corporações vêm tratando a Terra e seus seres humanos e inumanos como se fossem lucros? Até que ponto o modelo capitalista-colonial, que sustenta uma lógica urbana dissociada da natureza e que aposta na exploração exaustiva de tudo que a Terra dá, já não comprometeu irreversivelmente a sustentabilidade da vida em escala planetária?

Tendo em vista que esse artigo é parte do Trabalho Final de Graduação (TFG) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), intitulado *RITO DE CURÁ: Fabulando futuros ancestrais para o Bom Parto, em Maceió/AL*, apresentado em 2025, a pesquisa teve como o intuito discutir o direito à cidade e a vida urbana da população para além da lógica capitalista e colonialista de fazer cidades. A partir do estudo de caso no Bom Parto, bairro negro (Cunha Junior, 2023) na cidade de Maceió, afetado pela subsidência de solo causada pela Braskem, o trabalho parte de uma abordagem teórico-metodológica decolonial e contracolonial, e aciona a perspectiva interseccional a fim de articular questões de: justiça socioambiental, ancestralidade, memória e cuidado na construção de futuros desejáveis.

O município de Maceió, em Alagoas, está vivenciando os efeitos de um colapso sistêmico que atravessa o solo, os corpos e as subjetividades do território. Desde 2018, a cidade testemunha o afundamento gradual de cinco bairros, sendo eles: Bebedouro, Pinheiro, Farol, Bom Parto e Mutange, em consequência direta da exploração predatória de sal-gema (halita), pela petroquímica Braskem³. Crime ambiental reconhecido como o maior já registrado por atividade de mineração em área urbana no mundo (Figura 1). A subsidência do solo, embora vista como um fenômeno geotécnico, revelam décadas de violação das camadas subterrâneas em função do lucro, e a Terra, por sua vez, respondeu: cedeu, rompeu-se, e com ela, também adoeceram todos os seres: humanos, inumanos, entes, viventes e encantados que ali coexistiam.

Em Maceió, conforme Cavalcante (2020), o primeiro direito humano violado na instalação da Salgema Indústrias Químicas S. A., na década de 1970, foi o da descaracterização territorial e cultural da pesca tradicional de peixes e mariscos, que envolve pescadores e marisqueiras, além de artesãos nos bairros do Pontal da Barra,

³ A Braskem é uma multinacional do setor químico e petroquímico que atua em Alagoas desde 1976. Inicialmente chamada de Salgema S.A., em 1996 foi nomeado como Trikem S.A e em 2002, com a integração da Organização *Odebrecht* e do Grupo Mariani, foi criada a Braskem, que se consolidou como uma petroquímica global e a maior produtora de resinas termoplásticas da América (Inara Querino de Mendonça, 2023).

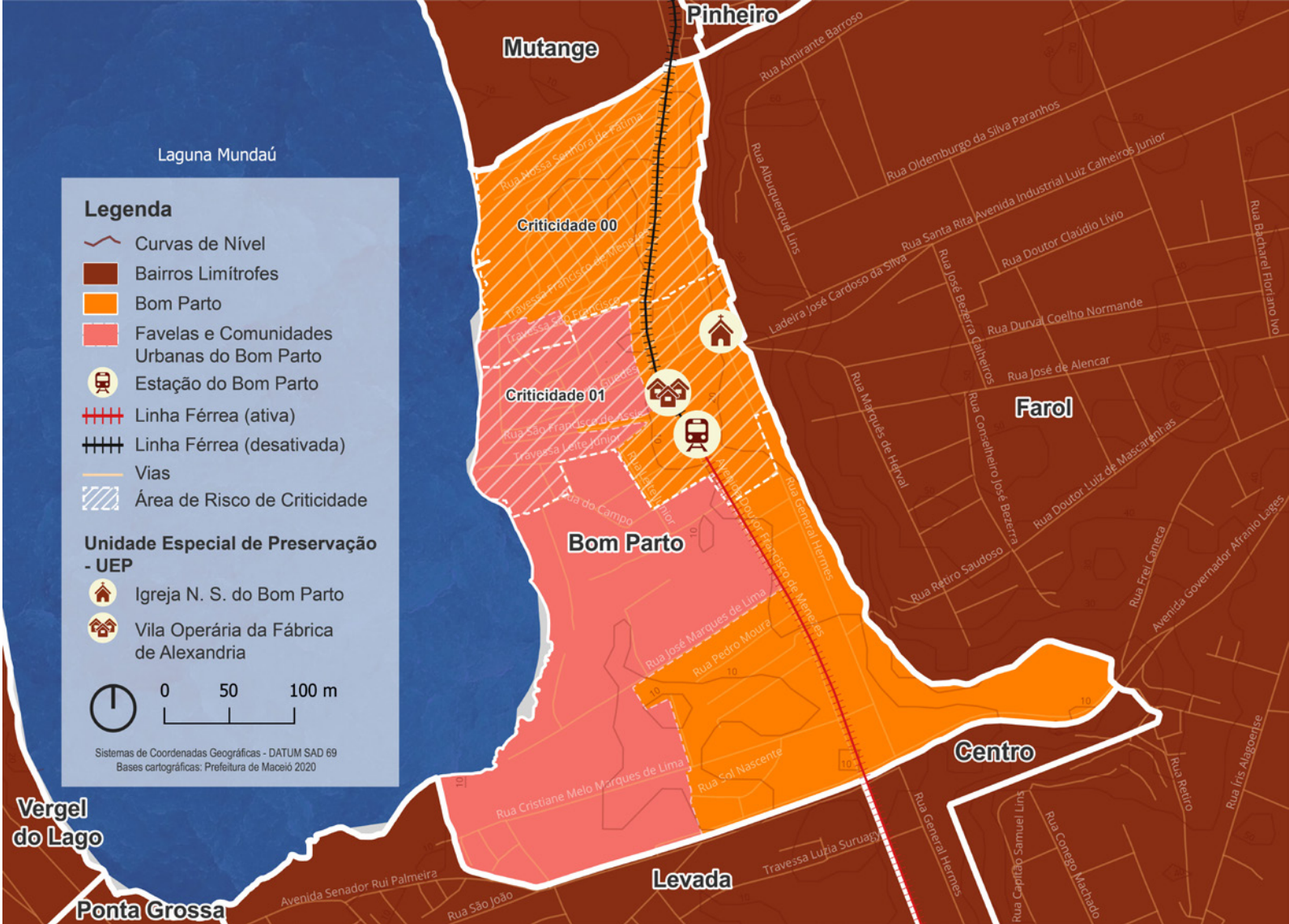
O bairro do Bom Parto: (Re)existências negras entre as águas

A ideia de que só é possível exercer plenamente a cidadania quando se é, de fato, dono da cidade (Berth, 2023b), nos leva a refletir sobre as múltiplas formas de exclusão que operam sobre os corpos negros, femininos, pobres e periféricos nos espaços urbanos. Milton Santos (1997) já denunciava essa condição de “cidadania mutilada”, produzida pela globalização neoliberal e por uma lógica capitalista que transforma direitos em mercadorias e pessoas em descartáveis. Essa mesma lógica se manifesta com mais brutalidade sobre territórios negros, onde o racismo opera como tecnologia de violência e reforça opressões territoriais.

O bairro do Bom Parto, limítrofe à Laguna Mundaú, expressa de forma concreta essa cidade e cidadania fragmentadas. Apresenta uma população cujo perfil e marcadores sociais divergem radicalmente daqueles encontrados na orla marítima e turística: é composto majoritariamente por uma população negra, feminina, de baixa escolaridade e renda, que habita áreas negligenciadas pelo poder público, marcadas pela precariedade na provisão de serviços públicos habitacionais e urbanos. As desigualdades na distribuição dos bens e serviços que a cidade oferece, reforçam a lógica capitalista de exclusão e de negação de direitos à população que diverge do padrão hegemônico branco, masculino e cisheteronormativo, onde esta é constantemente alvo de diferentes tipos de violência. Essa necropolítica (Achille Mbembe, 2018) que decide quem vive e acessa com qualidade os bens e serviços que a cidade oferece, e a quem se nega o direito à vida urbana, dá continuidade a uma lógica capitalista racista e misógina que, adaptada ao urbano contemporâneo, mantém a divisão racial do espaço, divisão generificada do trabalho produtivo remunerado e reprodutivo não remunerado, além de perpetuar a marginalização, deslegitimando e invisibilizando a cidadania de milhares.

Como apontam Gonzalez e Hasenbalg (1982), o espaço urbano brasileiro foi racialmente estruturado, onde, ao grupo branco dominante, reservam-se os lugares mais valorizados da cidade e ao negro, restam os territórios invisibilizados e precarizados, que vão das senzalas aos alagados. No caso do Bom Parto, dados do IBGE (2019) revelam que 43,8% da área é classificada como favela ou comunidade urbana (Figura 3), apresentando habitações informais, adensamento excessivo, irregularidade fundiária e ausência e/ou insuficiência de infraestrutura adequada. As áreas às margens da Laguna Mundaú, ambientalmente frágeis e sujeitas a alagamentos, se tornaram o destino de famílias que não conseguem acessar o direito à moradia digna por meio dos meios legais e consolidados pelo mercado imobiliário.

Esse tipo de ocupação, está diretamente relacionada ao comprometimento ambiental da região. A qualidade das águas da Laguna Mundaú e das matas remanescentes do bairro tem sido constantemente afetada pela falta de saneamento de ocupações limítrofes e, sobretudo, pela exploração da sal-gema (principalmente após o colapso da mina 18, localizada sob suas águas), que culminou no agravamento do desequilíbrio ambiental da área e na morte de peixes e mariscos. A exemplo do sururu, bivalve presente em abundância nos mangues da cidade e base econômica dos povos das lagoas em Maceió, e que nos últimos anos tem sofrido mutação e morte após a subsidência do bairro e submersão de aproximadamente 18 hectares de manguezais, segundo a imprensa local.



Atualmente, mesmo após a expulsão de um percentual da população, o bairro ainda abriga com 8.010 habitantes (IBGE, 2022), residentes em áreas classificadas pela Defesa Civil de Maceió como de “Risco de Criticidade 01”⁴, ou seja, fora da área de risco elevado, conforme indicado na Figura 3.⁵ No entanto, o esvaziamento parcial do território alterou profundamente sua dinâmica. Por um lado, a desocupação de certas áreas permitiu o ressurgimento de poços de águas limpas onde antes havia esgoto e favoreceu a reabilitação natural de animais silvestres. Por outro, essa mesma desocupação gerou uma sensação ainda mais aguda de insegurança e desamparo entre os que permanecem. Essas famílias que seguem forçados a (des)viver em um meio urbano fragilizado, lutam pelo direito a uma indenização justa, enquanto enfrentam cotidianamente as consequências do colapso urbano e ambiental. Este, por sua vez, afetou e continua afetando de maneira mais intensa a vida de mulheres negras, aquelas que, como aponta Lélia Gonzalez (2020), sempre estiveram “na base da pirâmide”, sustentando a vida em meio as rupturas nas redes comunitárias e ao abandono do Estado.

4 As áreas de “Criticidade 00” são aquelas onde há intensa movimentação do solo e patologias estruturais e por tal motivo, essas áreas foram indicadas para realocação e encontram-se atualmente desocupadas. Já as áreas de “Criticidade 01” não exigem evacuação, mas permanecem sob monitoramento constante.
5 Segundo o vigente Plano Diretor de Maceió (2005), Bom Parto está inserido em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e em uma Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico (ZIAP), devido à sua relevância ecológica da região hidrográfica do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba, além de abrigar edificações de valor histórico cultural, instituídas como Unidade Especial de Preservação (UEP).

Figura 3 - Caracterização territorial do bairro do Bom Parto. Fonte: dos autores, 2025.

Ao afirmar que “a pobreza é primordialmente negra e, em segundo plano, feminina”, Berth (2023a, p. 57) faz com que observemos como as desigualdades urbanas operam de forma entrelaçada, revelando que raça, classe e gênero não se somam de maneira linear, mas se cruzam em sistemas de opressão que se reforçam mutuamente. As cidades não são neutras, como aponta a literatura urbanística que parte da perspectiva do feminismo negro. A cidade capitalista, tal como o próprio sistema econômico que a rege, é estruturada pelo racismo, machismo, classicismo, sexismo, etarismo e capacitismo, onde os territórios não apenas concentram as desigualdades de renda e raça, mas também intensificam a hierarquia de gênero, tornando as mulheres negras mais expostas à precarização da vida, à violência e à invisibilidade estrutural. Mulheres negras estão mais sujeitas ao adoecimento, devido à falta de saneamento, qualidade e oferta nos serviços básicos de saúde, e as condições de vida urbana ficam cada vez mais comprometidas à medida que se somam marcadores sociais (Paula, 2019).

No caso do Bom Parto, essas intersecções tornam visível o modo como o poder público negligencia historicamente os corpos femininos negros — maioria numérica da população do bairro — que diante desse crime, são afetadas não apenas pelo desemprego estrutural e as desigualdades salariais, segundo dados da Diagonal⁶ (2023), mas também pela sobrecarga nas atividades relacionadas ao cuidado, o sucateamento dos serviços públicos e a ausência de políticas de proteção social efetivas, no enfrentamento da perda de suas redes de apoio, e no adoecimento físico e emocional imposto pela dupla ou tripla jornada de trabalho.

Porém, a análise urbanística dos territórios negros não pode se restringir a estigmas de narrativas coloniais (Cunha Junior, 2023) e lamentos frente às práticas colonizadoras que se perpetuam. E que os retratam apenas como espaços que perpetuam pobreza, violências e opressões. Isso é limitar sua complexidade frente à distopia urbana vivenciada na contemporaneidade. Como afirma Anna Lowenhaupt Tsing (2022), precisamos vislumbrar outras possibilidades de coexistir, desse modo, é necessário praticar a fabulação de perspectivas mais justas e desejáveis de futuro. Assim, urge fabular futuro ancestral a partir da criação de narrativas contracoloniais sobre os bairros negros, como territórios simbólicos e potentes, onde os modos de habitar e “pisar suavemente sobre a terra”, parafraseando Ailton Krenak, e sobre as águas doces, salgadas e salobras, se opõem e enfraquecem a lógica capitalista neoliberal de exploração e destruição de corpos subalternizados, das águas e das matas. Lógica predominante nas cidades brasileiras, onde o papel do Estado tem sido coadjuvante ao protagonismo do capital privado.

São nesses territórios negros e periféricos que a força do capital e do Estado fincam suas mais perversas raízes. Porém, **são nesses territórios que surgem expressões de resistências culturais e políticas**, sobretudo por parte da juventude, que consegue construir experiências de sociabilidade e lutas alternativas e descolonizadoras, em face de um poder cada vez mais vil e agressivo contra as comunidades e populações negras (Nogueira, 2017, p. 5, grifo nosso).

Nesse caminho, é preciso reconhecer que o Bom Parto resiste como território de identidade negra, popular e ribeirinha, de profunda relação com os mangues e as águas da Laguna Mundaú. Ao mesmo tempo, em que reflete os impactos de uma urbanização excludente — orientada pela lógica do capital e atravessada pelo racismo

estrutural —, o bairro revela uma dimensão que nasce dos saberes e das práticas cotidianas ancoradas na ancestralidade. Com o passar dos anos, o Bom Parto se constituiu como um polo cultural local, com forte presença de: escolas de samba, blocos carnavalescos, folguedos e grupos tradicionais de coco de roda e fandango. Além disso, o bairro estabeleceu uma profunda relação com a Laguna Mundaú, que, para além de seu valor paisagístico e ecológico, funcionou como fonte de subsistência para muitas famílias.

Essas expressões culturais e os saberes tradicionais que persistem e (re)existem ao longo do tempo evidenciam o que Abdias do Nascimento (1980) denominou de “quilombismo urbano”, que se refere ao saber ancestral da capacidade das comunidades negras de construir laços de pertencimento, solidariedade e resistência mesmo em meio à violência estrutural do racismo e à precarização da vida urbana. Trata-se de uma luta contínua pelo direito de existir plenamente em uma cidade que, historicamente, os nega. Portanto, o Bom Parto é também território ancestral, de saberes, memória, luta e invenção — é corpo, história, cultura de (re)existência que valoriza os saberes afropindorâmicos, termo do intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (conhecido como Nêgo Bispo). Ou seja, valoriza a produção de conhecimento oriunda da fusão de saberes dos Povos Originários e da floresta (quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais) aos saberes afrodiaspóricos.

Reconhecer os valores e a ancestralidade afropindorâmica, oriunda da floresta, e os compreender como fundamentais para o planejamento urbano, é reimaginar possibilidades de futuro em que o direito à cidade não seja condicionado à lógica do lucro, mas sim fundamentado no cuidado com todas as formas de vida e na relação com os desencarnados, encantados e as encantarias que conectam vida e morte, humanos e inumanos, entes e viventes.

Como aponta Leandro Marques (2022), a Arquitetura e Urbanismo pode e deve assumir a responsabilidade de projetar outras possibilidades de existência do ser negro no espaço, imaginando e materializando utopias conscientes, não apenas para o amanhã, mas também para o presente, em que viver significa mais do que sobreviver. E mais além, é urgente considerar possibilidades mais justas e desejáveis de futuro nas cidades brasileiras, planejar o território priorizando o bem-estar de todas as formas de vida que ali coexistem, de modo a prezar pela qualidade dos solos e relevos, das águas e matas urbanas, e criar condições socioambientais para a reprodução de práticas culturais ancestrais e de manejo ambiental, realizadas principalmente pela população afroindígena (Figura 4).

Abram-se os caminhos de cura

A construção de narrativas a partir da imagem é um elemento poderoso de criação de imaginário coletivo, vejo a pintura assim como a fotografia e outras linguagens artísticas na disputa de contra-narrativas, possibilitando revisitar ideias coloniais ocidentais que distanciam a pintura de uma apropriação coletiva sem hierarquia. [...]. Decolonizo minhas referências de clássico entendendo como sempre atuamos através de diversas tecnologias de representação dentro da pintura. Ancestralidade vai além do tempo-espaço linear, assim minha ancestralidade é contemporânea. Ela existiu e re-existe no agora assim como no porvir (Revignet, 2020, *online*).

⁶ A Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios foi contratada pela Braskem para elaborar o Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS), para mitigar os impactos socioambientais decorrentes da extração de sal-gema.



A partir da visão proposta por Hariel Revignet e por essa busca pela reconstrução do imaginário e das representações de grupos colocados à margem dos espaços decisórios sobre a cidade — neste caso, a população do Bom Parto em relação à Maceió — destaca-se também a produção do movimento artístico Afrofuturista⁷, que propõe a articulação entre ficção e questões afrocentradas para recriar narrativas e projetar futuros desejáveis para a população negra. Nesse sentido, as narrativas visuais, tornam-se meios de sonhar outros mundos, operando como fabulações insurgentes do porvir, tal como aponta Walidah Imarisha (2016, *online*):

Nós frequentemente esquecemos de vislumbrar aquilo que pode vir a ser. Esquecemos de escavar o passado em busca de soluções que nos mostrem como podemos existir de outras formas no futuro. Por isso acredito que nossos movimentos por justiça precisam desesperadamente da ficção científica. [...] Toda articulação política é ficção científica.

Descolonizar nosso olhar para imagens afrocentradas do amanhã, é um ato de fazer emergir formas de representação do que se deseja, de questionar perspectivas sobre

⁷ O termo foi cunhado pelo produtor cultural branco Mark Dery, em *Black to the Future* (1993), ao discutir com intelectuais afro-americanos, sendo eles, o escritor de ficção especulativa Samuel R. Delany, o crítico musical Greg Tate e a professora Tricia Rose, da Universidade de Brown, sobre a ausência de autores negros na ficção científica. Dery definiu o Afrofuturismo como criações artísticas que abordavam temáticas afro-americanas no contexto da cibercultura e do avanço tecnológico do século XX, partindo sempre da ficção especulativa (Stella Zagatto Paterniani, 2019; Fábio Kabral, 2020).

nossa visão afropindorâmica e saberes sobre o mundo. Para os bairros negros, essas narrativas visuais representam enfrentamento aos apagamentos históricos e à negação de epistemologias africanas, colocando a população negra no centro de sua própria história, rompendo com os estereótipos e reafirmando suas identidades e experiências na cidade.

Assim, esse trabalho traz como proposta reimaginar o bairro do Bom Parto, pós-crime socioambiental, por meio do uso de “narrativas visuais”, como propõe a ativista indígena e intelectual boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2021). As narrativas visuais, para a autora, pautam cosmopercepções afropindorâmicas e propagam saberes ancestrais. A autora analisa e propõe o uso de representações gráficas — imagens, símbolos e iconografias — como formas insurgentes de reafirmação de identidades e saberes ancestrais, desafiando a colonização cultural e epistemológica eurocentrada. Assim, a imagem funciona como uma contra-linguagem, representando sujeitos (subalternizados pela cidade neoliberal) e suas maneiras de ver, sentir e estar no mundo (Araújo *et al.*, 2024).

Para a construção dessas narrativas visuais no contexto da subsidência do solo no Bom Parto, foi fundamental compreender os modos como a população estava reagindo às (des)vivenças. O caminho escolhido foi o das manifestações artísticas, com foco nos ativismos urbanos — expressões que, a partir de um ponto de vista político, ocupam os espaços públicos para expor as dores, raivas e revoltas contra a negligência do poder público diante do racismo ambiental que atinge o bairro. O ativismo urbano, ao atuar na interseção entre arte e política, torna-se uma ferramenta de ressignificação do território, transformando a cidade em plataforma de denúncia e luta.

A ruptura deste silêncio a partir dos “usos da raiva” (Lorde, 2019) **é conquistar o lugar de ser ouvido e, portanto, pertencer.** Compreender o ativismo urbano enquanto prática insurgente e potente instrumento para fazer usos da raiva, por meio da transgressão e contestação à atual distopia em que vivemos, evidencia a importância dos movimentos contra-hegemônicos no fortalecimento das redes de resistência, ou seja, das insistentes urbanas (Araújo, 2022, p. 2, grifo nosso).

Essa “raiva criativa” que denuncia os paradigmas de controle e escassez impostos à natureza — os quais intensificam as crises ambientais, sociais e culturais contemporâneas —, também se transforma em respostas às crises globais e meio de cura capaz de transformar cenários distópicos e desesperançosos, a partir de manifestações que convocam à ressignificar a relação entre a humanos, inumanos e entidades que coexistem a Terra, reconhecendo a conexão de todas as formas de vida e elementos constituintes do planeta como um único e múltiplo organismo vivo e sagrado. Nesse horizonte, o vislumbre de futuro se conecta a ritos e saberes ancestrais que oferecem meios de transcender o presente distópico, e abrir caminhos para reencantar e restaurar o território violentado, regenerar a partir do seu “devir-floresta”, sua florestania (Krenak, 2022).

Dentro dessa visão de mundo, propõe-se trabalhar a temática da cura ancestral para o Bom Parto a partir do resgate da consciência de que somos parte intrínseca da Terra, compartilhando com ela os mesmos elementos essenciais à vida. Não há separação entre humanidade e natureza, somos extensão da terra que pisamos, da água que nos atravessa, do ar que nos envolve e do fogo que nos transforma (Figura 5)⁸.

⁸ O painel semântico, foi criado para a definição estético-simbólica dos cenários futuros. Composto por



O segundo cenário, intitulado *Laguna Avó* (Figura 7), é dedicado ao elemento Água e destaca a importância da Laguna Mundaú como símbolo de vida, memória e regeneração para a comunidade. A proposta ressignifica as águas como espaço sagrado e de cura, onde práticas sustentáveis se integram ao modo de vida local. Na cena, a laguna é personificada como figura feminina, em referência às marisqueiras e à presença majoritária de mulheres negras na comunidade, que carrega uma cesta cheia de sururus, simbolizando a revitalização da vida lagunar e os mangues. A espiritualidade se manifesta por meio de símbolos ligados a Orixás femininas da lama e da água, como Nanã e Oxum, o adinkra *Dwenini mmen*, evocando força, humildade e conexão com a natureza.

O terceiro cenário, *Ser Terra Preta* (Figura 8), é dedicado ao elemento Terra e propõe um futuro em que o Bom Parto vive em reciprocidade com o solo, os mangues e os saberes de cultivo ancestrais. A terra é reverenciada como fonte de fertilidade, com destaque para práticas agroflorestais, hortas comunitárias e roças baseadas em saberes quilombolas. A regeneração do território passa pelo reflorestamento das áreas afetadas pela subsidência do solo, promovendo uma alimentação saudável, autonomia alimentar e harmonia com os demais seres. Assim, a arte traz a presença de casas bioconstrutivas a qual se integram ao ambiente, a presença da planta hera, símbolo de proteção espiritual evocando a sacralidade da relação com a terra e murais que retratam Nanã e Obaluaiê, orixás ligados à terra, reforçando a espiritualidade como força vital na reconstrução do território.

Por fim, o cenário *Coração no Ritmo do Pé* (Figura 9) é dedicado ao elemento Fogo, simbolizando energia vital, paixão e identidade cultural. A narrativa visual pulsa com as

festas, danças e manifestações artísticas que irradiam a alma vibrante da comunidade. No centro da cena está Mestra Zeza do Coco, moradora da Chã de Bebedouro e reconhecida como patrimônio vivo de Alagoas. Ao seu redor, mestres, folguedos e guerreiros da cultura popular maceioense compartilham o espaço com as novas gerações. Neste futuro, o bairro se reinventa como um polo cultural efervescente, onde o calor do fogo transforma as tradições em instrumentos de cura coletiva. O entrelaçamento entre passado e presente fortalece as identidades locais e ressignifica o espaço urbano como território de pertencimento, celebração e resistência.

Essas narrativas visuais desenvolvidas, também foram construídas com base em camadas interdependentes que toca em questões urbanísticas diretamente relacionadas à qualidade de vida, seja ela, habitação, infraestrutura, mobilidade, lazer, cultura, arte e meio ambiente atravessados por dimensões mais amplas como saúde, geração de renda, trabalho e educação. O olhar urbanístico aqui exercido parte da escuta e da observação atenta do território, reconhecendo tanto suas potências quanto seus meios de resiliências. No contexto da subsidência, por exemplo, as práticas agroflorestais emergem como solução para recuperar áreas ambientalmente degradadas, mas também para fortalecer o solo e restabelecer o equilíbrio ecológico. O uso de espécies nativas e frutíferas, nesse processo, reforça a segurança alimentar, estimula a biodiversidade e ativa práticas sustentáveis atreladas aos saberes locais.

A Laguna Mundaú, que historicamente vem sendo impactada pela exploração de sal-gema em área urbana, exige intervenções urgentes que conjuguem cuidado ambiental e justiça territorial, como o desassoreamento e purificação de suas águas, rumo à regeneração destas, dos solos, fauna e flora lagunar, incluindo os manguezais. Ao mesmo tempo, é necessário pensar o Bom Parto como um território que enfrenta alagamentos recorrentes, propondo soluções de infraestrutura que não se limitem a diques e contenções, mas que dialoguem com a dinâmica de suas águas ancestrais. Isso inclui a implantação de Soluções Baseadas na Natureza (SbN), como o uso de biovaletas, pisos drenantes e parques alagáveis — iniciativas que reinterpretam as áreas inundáveis como aliadas e não como ameaças. A recuperação nas áreas de mangue ao redor da laguna é outra estratégia crucial para mitigar os riscos ambientais, além de fortalecer o ecossistema lagunar e sua relação com os modos de vida tradicionais da população coexistente no território com o manguezal.

Nesse mesmo sentido, na fabulação de futuro ancestral para o Bom Parto, foram adotados modelos de urbanização de baixo impacto, que respeitem os ciclos da natureza e promovam construções adaptadas ao clima e ao contexto local. As técnicas e tecnologias ancestrais de morar, como a bioconstrução, resgatam esse entendimento, de que tudo o que vem da terra, volta para ela. Além disso, sugerir soluções arquitetônicas e paisagísticas harmônicas às condições climáticas, geomorfológicas e dos ecossistemas locais, como o uso de: varandas sombreadas, cobogós, coberturas ventiladas, arborização das calçadas priorizando a flora nativa, sistemas de drenagem urbana que respeitem o relevo e a dinâmica das águas, entre outras, diante do clima quente e úmido da cidade e dos ecossistemas inerentes à Mata Atlântica. Cabe valorizar as soluções construtivas do saber em arquitetura e urbanismo tradicional ribeirinho e lagunar, com as casas em palafitas, e os modos de viver sobre as águas, promovendo qualidade urbana sem danos ao ecossistema.

Outras ações também foram pensadas, no ponto de vista da mobilidade e infraestrutura, propõem-se intervenções que favoreçam a permeabilidade do solo, como o uso de materiais drenantes, que auxiliam na recarga dos lençóis freáticos. Pontes e passarelas de madeira asseguram a circulação em meio às áreas alagadiças, enquanto a retomada do transporte hidroviário, por meio de rotas aquáticas, resgata a memória do bairro, reafirma as práticas ancestrais dos povos das lagoas e oferece alternativas



Figura 8 - Colagem "Ser Terra Preta". Figura 9 - Colagem "Coração no Ritmo do Pé".
Fonte: dos autores, 2025.

sustentáveis ao deslocamento. A reativação da linha férrea e do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), por sua vez, representa não apenas uma proposta de mobilidade, mas também um gesto de valorização cultural e simbólica do território, desde os tempos do trem no final do séc. XIX, sempre utilizado pela população dos bairros negros e das lagoas. Ademais, a reutilização de cascas de sururu — um resíduo abundante localmente — como matéria-prima em construção civil, conectando circularidade de recursos com identidade cultural.

Todas essas fabulações de futuro ancestral emergem das memórias, dos saberes e das lutas da população do bairro negro Bom Parto em Maceió, principalmente após o crime ambiental ocasionado pela indústria petroquímica Braskem. As narrativas visuais não apenas apresentam futuros desejáveis, mas apontam caminhos possíveis de regeneração de vidas que foram violadas. E, mais do que soluções técnicas socioambientais, propõem um pacto sensível entre pessoas, natureza e cidade. Afinal, assim como ensinam nossos ancestrais afropindorâmicos a respeito dos sonhos e do compartilhamento destes: imaginar coletivamente modos ancestrais de habitar a Terra no futuro, já é começar a construí-los.

Considerações finais

Parte-se do contexto pós-crime ambiental provocado pela exploração predatória da sal-gema na área urbana em Maceió, que culminou na subsidência do solo de cinco bairros e na expulsão de grande parte da população destes. Além da perda de parte da fauna e flora, foram desativadas parte da malha urbana, equipamentos e serviços públicos que ali existiam. Práticas culturais ancestrais afropindorâmicas, concentradas

nos bairros negros atingidos, particularmente o bairro do Bom Parto, também foram significativamente impactadas. Por meio de colagens urbanas, este trabalho emerge como ferramenta contra-hegemônica de denúncia e proposição de futuro baseado em saberes ancestrais afropindorâmicos no bairro do Bom Parto, na capital alagoana.

As narrativas visuais expostas, apontam caminhos para saberes ancestrais em Arquitetura e Urbanismo que rompem com as lógicas excludentes da produção de cidade, ao passo que afirmam a arte como prática potente de reimaginação e reconstrução urbana, com base na justiça, no pertencimento e na ancestralidade. Dentro desse cenário de incertezas e desesperanças, falar sobre um lugar de esperança torna-se um ato de resistência e reexistência. Percebemos que a cidade-florestania já dá sinais de existência em meio às discussões urbanas de Maceió. Este texto é reflexo disso, um indício de que o sonho coletivo de futuro ancestral para as cidades brasileiras já se faz presente na academia. As fabulações criadas para o bairro do Bom Parto são exercícios de imaginação e caminhos para sonhar o restante do município. Como afirma Krenak (2022, p. 37, grifo nosso):

[...] não podemos nos render à narrativa de fim de mundo que tem nos assombrado, porque ela serve para nos fazer desistir dos nossos sonhos, e **dentro dos nossos sonhos estão as memórias da Terra e de nossos ancestrais.**

Este artigo é um exercício coletivo de projetar e sonhar coletivamente, conforme os ensinamentos de nossos parentes afropindorâmicos. Um exercício de esperar que, a partir do Bom Parto, impulsiona a criação de formas desejáveis, sustentáveis e ancestrais de habitar, cultivar e cuidar — não apenas do território afetado, mas de toda a cidade de Maceió. Sonhar o futuro ancestral, aqui, é também um modo de reivindicá-lo e construí-lo desde o presente, tecnologias ancestrais e de resistência frente à insuportabilidade da vida, da crescente morte e adoecimento dos corpos na cidade capitalista neoliberal.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *O que é Interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARAÚJO, Flavia de Sousa; RODRIGUES, Ana Cabral; BELLO, Clara Lobo; BORGES, Hilda Marinho Amaral. Caruanas nas ruas: workshop de arte (e cura) urbana. In: *XL ARQUISUR e XXV Congresso de Arquitetura*, 2022, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: ARQUISUR, 2022. DOI 2275-4738.
- ARAÚJO, Flavia de Sousa; BORGES, Hilda Marinho Amaral; FERTON, Séfora Emiliano. *Cartografando Gérmes de Florestania: concepções feministas e ancestrais de futuro para as cidades brasileiras*. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13: contra o fim do mundo. Florianópolis: UFSC, 2024.
- BERTH, Joice. *O que é empoderamento?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023a. 288 p.
- BERTH, Joice. 'O urbanista do Brasil é o capital. Nossa cidadania é mutilada'. Carta Capital, online, 02 jun. 2023b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/joice-berth-o-urbanista-do-brasil-e-ocapital-nossa-e-mutilada/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

BULHÕES, Julia Amorim. Colapso urbano? Narrativas de moradores do Pinheiro sobre a subsidência do solo em Maceió (AL). In: MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim (Org.). *Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações*. Brasil: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração/Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. 2023. p. 17-66.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros Negros e Cidades Negras: Conceitos Necessários para a Inclusão das Populações Negras nas Histórias das Cidades Brasileiras. *Revista Campo da História*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 273–286, 2023. DOI: 10.55906/rcdhv8n1-017. Disponível em: <https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/100>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 Edições, 1ª ed. 2021. 128 p.

DIAGONAL. *Plano de Ações Sociourbanísticas*. Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS - Pós-Escuta Pública. Maceió, 2023. Disponível em: <https://maisdialogos.com/documentos>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FEITOSA, Cid Olival; ROMEIRO, Augusto da Silva. Exploração mineral e impactos na habitação: o caso Braskem, em Maceió. In: XX ENANPUR, 2023. Tema: Direito à cidade e habitação no Brasil, online. *Anais [...]*. Belém: Anpur 40, 2023.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar. 2020. 375 pp.

IMARISHA, Walidah. *Reescrevendo o futuro: usando ficções visionárias para rever a justiça*. [S. l.: s. n.], 2016, São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/46pX6K7>. Acesso em: 5 ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Bom Parto*. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=102&unidade=2704302005#/S/Q>. Acesso em: 25 mar. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Favelas e Comunidades Urbanas*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-doterritorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidadesurbanas.html?edicao=38944&t=o-que-e>. Acesso em: 26 out. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Maceió (AL) - Panorama 2022*. Cidades@. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

KABRAL, Fábio. *Artigo e atividades bem didáticos sobre AFROFUTURISMO*. 5 ago. 2020. Disponível em: https://medium.com/@ka_bral/artigo-e-atividades-bemdidaticos-sobre-afrofuturismo-d293496238e9. Acesso em: 7 set. 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MACEIÓ. *Lei Municipal n.º 5.486, de 30 de dezembro de 2005*. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Maceió e dá outras providências. Maceió: Prefeitura Municipal, 2005. Disponível em: https://www.semurb.maceio.al.gov.br/servicos/plano_diretor. Acesso em: 15 jan. 2025.

MARQUES, Leandro Ferreira. *Sobrevivendo no Inferno: Experimentos com Montagem Urbana na Cidade de Maceió-AL*. Orientador: Profa. Dra. Flavia de Sousa Araújo. 2022. 70 f. TFG (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENDONÇA, Inara Querino de. *Mineração criminosa e o (não) direito à cidade: o caso das comunidades Flexal de cima e Flexal de baixo em Maceió-AL*. 2025. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem. *Carta Aberta às Excelentíssimas Autoridades da Cúpula do G20*. Maceió: 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2024/09/muvb-g20-braskem.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos (Org.). *Adinkra - Sabedoria em símbolos africanos*. 1. ed. São Paulo: Cobogó, 2022.

NOGUEIRA, Fábio. Governo Temer como restauração colonialista. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 9 jan. 2017.

OLIVEIRA, Nutyelly Cena de; REVIGNET, Hariel Chrystinne Oliveira. Contra-narrativas visuais e interseccionalidades entre raça e gênero na produção da artista Hariel Revignet. *Revista Apotheke*, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2021. DOI: 10.5965/24471267712021160. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/19833>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PAULA, Mayara Almeida de. *Análise Interseccional da Vida Urbana: Reflexões acerca da condição das Mulheres Negras na cidade de Maceió-AL*. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL). Maceió, 2019.

PATERNIANI, Stella Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. 2019. 325 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Caroline Gonçalves dos; OLIVEIRA, José Gabriel Juliani de; MENDONÇA, Inara Querino de; MARQUES, Leandro Ferreira, OLIVEIRA, Kleyton Lucas de Castro. Solo em subsidência em bairros de Maceió-AL: emergências impostas aos agentes produtores do espaço urbano. *Revista Ímpeto*, n. 10, 2020.

SANTOS, Milton. *As cidadanias mutiladas*. In: LERNER, Julio (Org.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

SGB/CPRM - Serviço Geológico do Brasil. *Estudos sobre a Instabilidade do Terreno nos Bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)*. Ação Emergencial no Bairro Pinheiro. 2019. Vol. 1. Relatório de Síntese dos Resultados. Nº 1. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2024.

SILVA, Ana Paula; LOPES, Carlos Eduardo; PAULINO, Josian; DUARTE, Rafael; VIEIRA, Jorge. *Expulsão*. Maceió: Grupo Fragma, 2024.

TELES, Rikartiany Cardoso. Mineração, violações de direitos humanos e deslocamento ambiental em Maceió. In: MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim (Org.). *Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações*. Brasil: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração/ Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. 2023. p. 148-169.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 Edições, 2022. 412 p.